

# Pela Educação na Maré que queremos

Projeto de articulação da Redes da Maré com as escolas é ampliado em 2023.

PÁGINAS 3 E 4

**Novo gerente executivo local: Felipe Brasileiro garante que vai se empenhar na resolução dos problemas da Maré**

PÁGINA 6

**Direito ao luto: cartilha orienta como proceder em caso de mortes de pessoas em casa. Orientações funcionam nas favelas?**

PÁGINAS 12 E 13

**Quem é o Moleque Piranha da Maré? Primeiro livro de Renato Cafuzo valoriza arte urbana e infância negra feliz na favela**

PÁGINA 14

## Diálogo por direitos

Visita do ministro da Justiça à Maré gera onda de desinformação e criminalização da pobreza.

PÁGINAS 7 E 8



GABI LINO

MATHEUS AFFONSO



## Um parque chamado Maré

Das palafitas e do aterramento nasceu a favela à beira da Avenida Brasil.

PÁGINA 15

# EDITORIAL

Partindo do princípio paulofreiriano de que “quem ensina aprende ao ensinar e quem ensina, aprende ao ensinar, e quem aprende, ensina ao aprender, é possível dizer que esta é a edição da educação. Não necessariamente a educação formal, ainda que tenhamos duas reportagens que relacionam as unidades públicas de ensino do território. Eu falo da educação de forma mais ampla, aquela educação que está dentro da escola, e também o que é ensinado na rua, na esquina. Os aprendizados que vêm dos mais velhos, e os que emanam também das crianças.

Toda educação é válida, e quanta grandeza há na educação comunitária, naqueles que aprendem a ler para ensinar seus camaradas. Naqueles que traziam clandestinamente a terra dos morros derrubados da cidade para contribuir com o aterramento da favela.

É por isso que a luta por educação de qualidade é um movimento histórico no conjunto de favelas da Maré, porque “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. É o mesmo que dizer que não basta construir unidades escolares; sem elas, porém, nenhum passo será dado.

Através da educação, combatemos as *fake news* que criminalizam o território, sua cultura e seus moradores. É com a educação que aprendemos que o Estado tem o dever de estar em todos os territórios, o dever de promover saúde, mesmo a quem está privado de liberdade e de fazer um bom uso dos recursos públicos, fornecendo saneamento básico ou sepultamento gratuito, por exemplo.

A educação fatalmente nos leva a ser a favor da vida e a gerá-la: escrevendo livros, promovendo ações culturais, criando projetos de apoio a egressos do sistema carcerário, empenhando-se em resolver os problemas do território, criando jogos que facilitam o aprendizado dos alunos. Esta edição é por uma educação libertadora para a Maré: que o sonho do oprimido não seja o de tornar-se o opressor.

**Acompanhe o Maré de Notícias na internet!**



 @maredenoticiasoficial

 www.mareonline.com.br

 @maredenoticias

 (21) 97271-9410

 @MareNoticias

 maredenoticias@gmail.com

## CHARGE - NANDO MOTTA



**ALÔ MORADOR! ESTE ESPAÇO É SEU. ENVIE SUA POESIA, FOTO, RECEITA OU PIADA.**

 (21) 97271-9410

**maredenoticias@redesdamare.org.br**

### EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

re<sup>da</sup>smaré

**MARÉ**  
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012  
Nova Holanda - Maré  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242  
www.mareonline.com.br  
maredenoticias@gmail.com  
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré

EDITORA EXECUTIVA E  
JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Jéssica Pires

EDITORA  
Ana Paula Lisboa

FOTOGRAFIA  
Douglas Lopes  
emanuely makaya  
Gabi Lino  
Matheus Affonso  
Patrick Marinho  
Pedro Prado

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Adriana Pavlova  
Andreza Paulo  
Hélio Euclides (Mtb  
29919/RJ)  
Jéssica Pires  
Lucas Feitoza  
Samara Oliveira  
Teresa Santos

REVISÃO

Julia Marinho

PROJETO GRÁFICO

Mórla\_Oficina de ideias

DIAGRAMAÇÃO

Filipe Almeida

IMPRESSÃO

Gráfica Tribuna

TIRAGEM

50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL.

PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

### GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email [maredenoticias@redesdamare.org.br](mailto:maredenoticias@redesdamare.org.br) e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

# Por uma educação pública com mais qualidade na Maré

## Projeto de articulação da Redes da Maré com as escolas é ampliado em 2023

ADRIANA PAVLOVA

O dia 8 de março de 2023 foi de intensa atividade na Escola Municipal Professor Josué de Castro, na Vila do João. Numa sala lotada, meninas de 12 e 13 anos conversavam sobre pobreza menstrual, enquanto brincavam de *Crônicas Maréas*, um jogo de cartas ambientado na Maré, sobre questões ligadas à sexualidade e à reprodução. Em outra sala, adolescentes participavam de um bate-papo sobre direitos sexuais e reprodutivos de diferentes gêneros.

Essas e outras conversas, mediadas pela equipe da Casa das Mulheres, fizeram parte da programação do Dia Internacional da Mulher, organizada pela direção da Escola Municipal Josué de Castro e fruto da parceria entre escolas da região e a Redes da Maré.

O trabalho de articulação, que já acontecia em duas escolas, este ano foi ampliado para atividades regulares em oito unidades escolares municipais e estaduais do conjunto. Agora, além do Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes e no CIEP 326 Professor César Pernetta, passam a fazer parte do projeto o Espaço de Desenvolvimento Infantil Moacyr de Góes, as escolas municipais



Em 2023, oito unidades escolares da Maré passam a fazer parte do trabalho de articulação com estudantes e professores

Nova Holanda, Josué de Castro, Millôr Fernandes e Olimpíadas Rio 2016, além do CIEP Samora Machel.

### Aprendizado e missão

O objetivo é contribuir na formação de estudantes e professores, em busca de uma educação pública de mais qualidade na Maré. “São ações que ampliam as possibilidades pessoais, educacionais e profissionais dos alunos e dos trabalhadores da educação”, explica **Patrícia Vianna**, coordenadora do projeto, que trabalha ao lado de três outros

articuladores.

Segundo ela, “os alunos querem entender questões de gênero e raça, algo que já é a missão de equipamentos como a Casa das Mulheres e a Casa Preta. Outro assunto recorrente é a segurança pública, para o qual temos o auxílio da equipe do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré”.

Desde o início do ano letivo, os articuladores estão visitando as escolas para apresentar os projetos e equipamentos da Redes da Maré para docentes, coordenação e direção. Em seguida, as escolas poderão contribuir com demandas específicas para a articulação continuada.

De acordo com a coordenadora, a ambição é grande: serão oferecidos cursos teóricos e práticos, palestras, debates, jogos e atividades lúdicas ou artísticas, além de contribuição na construção do projeto político-pedagógico de cada escola e do incentivo aos grêmios escolares.

“Identificamos os grêmios que ainda não fizeram eleições para poder ajudá-los na organização, contribuindo para se estabelecerem como grupo e respeitando as ideias e auto-

nomia dos alunos”, explica a articuladora **Adelaide Rezendede**, que trabalha com **Rafael Soares e Tereza Onã**.

### Pouca informação

No ano passado, a articulação aconteceu em dez escolas da Maré, mas, na maioria delas, de forma pontual. Houve, entre outras, a participação da Casa Preta na *Semana da Consciência Negra* no Colégio Estadual Bahia; a visita do Caminhão Museu da Independência do Brasil, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nos CIEPs Elis Regina e Samora Machel, atraindo cerca de mil pessoas; e a formação do SLAM de Poesia para estudantes na Festa Literária das Periferias (Flup) na Maré.

Outro destaque foi uma série de 13 oficinas sobre sexualidade e saúde reprodutiva, ministradas pelas facilitadoras da Casa das Mulheres, no CIEP César Pernetta.

“De um lado tem as alunas e os alunos com escassez de informação e, do outro, diretores em busca de ajuda para o aprofundamento de temas, porque muitas vezes os professores não se sentem seguros em abordá-los em sala”, expli-



Atividade da Casa das Mulheres na Escola Municipal Professor Josué de Castro



PATRICK MARINHO

O objetivo é melhorar a educação pública com ações que ampliam as possibilidades pessoais, educacionais e profissionais para a facilitadora Andreza Dionízio.

Com o jogo *Crônicas Maréas* e um saco onde são depositadas confissões e dúvidas anônimas, ela trata de assuntos como direitos sexuais reprodutivos, sexualidade, marcadores sociais, racismo, machismo e lgbtphobia.

### Reduzir a evasão

A discussão sobre gênero e raça faz parte do projeto *Toda menina na escola*, parceria do Fundo Malala no Brasil com a Redes da Maré, cujo objetivo é fortalecer políticas públicas que ajudem a reduzir o número de garotas entre 11 e 17 anos fora da escola, promovendo o acesso à educação e o combate à evasão.

“Ao incentivar o debate sobre questões de gênero e de raça tão presentes no dia a dia de uma menina favelada, contribuímos para a ampliação do horizonte das estudantes e sua permanência na escola”, defende **Andréia Martins**, diretora da Redes da Maré.

As direções das escolas veem a parceria como a chance de mergulhar em temas que, no cotidiano escolar, nem sempre são abordados. “Um dos problemas da escola pública é a falta de recursos humanos. Precisamos de mais gente capacitada para trabalhar o empoderamento o empoderamento das meninas. Com a Redes da Maré, seremos capazes de fazer isso”, avalia **Christiane Lagarto**, diretora da Escola Municipal Josué de Castro.

# Escolas da Maré

## Apesar do aumento do número de unidades de ensino no conjunto, alunos e professores ainda sofrem com precariedades

HÉLIO EUCLIDES

A Maré conta com 46 escolas da rede municipal de educação, além de nove creches administradas por instituições em parceria com a Prefeitura. O ensino médio é de responsabilidade do governo do estado, que mantém quatro escolas — duas com sede própria e as outras, compartilhando o prédio com unidades de ensino municipais.

O número de escolas hoje na Maré é resultado da luta histórica de moradores, lideranças e instituições locais. A Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA) são um conjunto de leis que afirmam que é dever do Estado oferecer uma educação pública de qualidade.

Mas para existir educação de qualidade, é preciso também que sejam feitos investimentos não só em trabalhadores da educação como na manutenção, melhoria e ampliação dos equipamentos construídos. Para **Viviane Lopes**, de 46 anos, moradora da Nova Holanda, é preciso um olhar especial para os prédios que abrigam os alunos.

“É necessário que a Prefeitura tenha um cuidado maior com as escolas, com

### Ação virtual

Em 2020, por conta da covid-19 e dos consequentes prejuízos para a educação, especialmente da favela, a Redes da Maré organizou encontros virtuais com gestores de escolas da região, para debaterem os desafios da pandemia.

Em 2022, as reuniões remotas passaram a acontecer presencialmente uma vez a cada mês, com um grupo regular de representantes do CIEP César Pernetta, das escolas municipais Osmar Paiva e Marielle Franco, do Projeto de Educação de Jovens e Adultos do CIEP Ministro Gustavo Capanema e do Colégio Estadual João Borges de Moraes.

A parceria da Redes da Maré com o Colégio João Borges, aliás, data de antes da inauguração da escola em 2018, num prédio na Nova Holanda, onde estava prevista uma escola técnica. A instituição participou ativamente da campanha da sociedade civil junto à Secretaria Estadual de Educação para a abertura da escola de Ensino Médio em turno integral, com ênfase em empreendedorismo:

“Aqui tudo é no coletivo, via assembleia, e a representante da Redes da Maré, a Patrícia Vianna, tem uma cadeira nesse grupo, porque a Redes é uma parceira fundamental para a história da escola. O curso de robótica, que nasceu desta parceria, fez da nossa escola bicampeã no torneio nacional”, explica o coordenador pedagógico **Bruno Silva Barros**.

melhoria nas estruturas”, diz ela. Exemplo de descuido é o capim alto que precisa ser driblado pelos alunos nos colégios do Campus Maré I, na Nova Holanda.

### Calor infernal

Já na Escola Municipal Ginásio Olimpíadas Rio 2016, também na Nova Holanda, a maior reclamação é o calor na sala de aula. Uma professora que preferiu não se identificar conta que, em 2021, a 4ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) enviou ventiladores.



GABRI LINO

Obras de reparos nas escolas afetam estudantes e professores

Segundo ela, “no início o calor diminuiu, mas os aparelhos logo pararam de funcionar. É comum os alunos passarem mal de calor, com dor de cabeça e no corpo. Trabalhar dessa forma está no limite”.

A professora diz ainda que desde 2017 a manutenção da escola não tem sido feita de forma adequada: “São portas e armários que não fecham. Com a escola sem aulas por causa da pandemia, as coisas só pioraram, com a depredação de equipamentos eletrônicos e as pichações.”

### Obras sem fim

No CIEP Ministro Gustavo Capanema, na Vila dos Pinheiros, alunos e professores sofrem há dois anos convivendo com obras de reparos, que se arrastam e são paralisadas de tempos em tempos — como acontece agora.

**Ana Célia**, de 39 anos, é moradora da Vila do João e conta que estuda na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no CIEP no horário noturno; durante o dia, seus dois filhos fazem o ensino fundamental na mesma escola. Ela reclama das obras que não acabam nunca e de outras necessidades da escola.

“É maravilhoso voltar à nossa escola, mas sem ar-condicionado fica muito quente e abafado, não tem ventilação adequada nas salas. No horário diurno faltam professores, por isso meus filhos estudam meio período. A aula de educação física acontece no pátio que não está pronto, tem muita poeira e as crianças ficam com alergia”, reclama.

### Problemas mil

São vários os problemas de estruturas já relatados aqui no jornal. Em 2022, o Colégio Estadual Professor João Borges de Moraes, na Nova Holanda, ficou parte do ano fechado por não ter instalações elétricas adequadas para o funcionamento. A fiação



Capim alto precisa ser driblado pelos alunos das escolas



São vários os problemas de estrutura relatados e, segundo pais de alunos, muitos deles foram agravados durante a pandemia

foi trocada e a escola reabriu — mas sem ar condicionado ou ventiladores nas salas. Este ano, ocorreu o desabamento de parte da caixa d'água da escola.

No CIEP 326 Professor César Pernetta, no Parque União, o portão de acesso de veículos não pode ser fechado, pois é a entrada coletiva de moradores de um condomínio. Outro caso é o prédio anexo do colégio, que não é usado por falta de obras de manutenção e adequação.

### Distribuição no território

Apesar do aumento do número de escolas nos últimos anos, elas não são distribuídas de forma equilibrada no conjunto. Na Praia de Ramos e em Roquete Pinto só há um Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) para todas as crianças do território. Em Marcílio Dias, a situação é ainda pior, pois a escola da região só atende até o quinto ano e mesmo assim não tem creche.

“Não existe uma proposta de ensino continuado, gerando um abandono escolar por muitos jovens e adolescentes. A escola de ensino fundamental mais próxima da comunidade fica a mais de dois quilômetros. Já no ensino médio, a caminhada é de mais de quatro quilômetros”, diz o professor **Walmyr Junior**, coordenador da Horta Maria Angu e militante do Movimento Negro Unificado.

Segundo ele, “nem mesmo a alternativa do EJA é proposta para os nossos moradores”.

### Respostas

A Secretaria Municipal de Educação (SME) informou que, de um total de 1.548 escolas, 83% da rede está climatizada. As unidades citadas têm ventiladores em todas as salas de aula. Sobre a falta de professores, há previsão de entrada de 1.240 novos docentes nas próximas semanas, além de mais de 11 mil professores que aderiram à dupla regência (hora extra). Além disso, foram contratados 700 agentes de apoio à educação especial.

Sobre o CIEP Gustavo Capanema, a SME assegurou que a obra foi retomada nesta gestão e está em andamento, com previsão de término ainda no primeiro semestre de 2023.

A SME está analisando proposta de uma creche conveniada na Praia de Ramos; em Marcílio Dias, existe uma unidade que atende alunos do Fundamental I e mais uma creche conveniada. Os alunos do Fundamental II são atendidos numa escola próxima.

A Secretaria de Estado de Educação (Seeduc) informou que o C.E João Borges de Moraes está funcionando normalmente. O problema de fornecimento de água já foi resolvido e a secretaria está providenciando a aquisição e instalação de um castelo d'água, de aparelhos de ar condicionado e também de uma subestação.

Em relação ao CIEP 326 Professor César Pernetta, a escola se encontra em processo de modernização da parte elétrica e de prevenção a incêndio e pânico.

# Maré tem novo gerente executivo local

## Felipe Brasileiro garante que, em sua gestão, vai se empenhar na resolução dos problemas

HÉLIO EUCLIDES

No início do mandato, o prefeito Eduardo Paes extinguiu as Regiões Administrativas (RAs) da cidade do Rio de Janeiro e as substituiu pelas Gerências Executivas Locais (GELs). Neste ano, a GEL Maré tem um novo gerente: Felipe Macedo Brasileiro, o terceiro no cargo em pouco mais de dois anos de governo municipal.

Atualmente, são 61 GELs, que auxiliam a Prefeitura na administração das regiões da cidade, sendo responsáveis pela gestão dos serviços, fiscalização e comunicação com moradores.

Mas qual serviço é urgente na Maré, segundo seus moradores? Para **Ivanete Meideiros**, moradora do Parque União, a prioridade seria a dragagem dos valões. Segundo ela, “quando chove as ruas alagam; em alguns locais a água chega até a cintura”.

**Michele Valle**, moradora do Rubens Vaz, concorda e acredita que “é necessário um olhar especial para as águas pluviais, com a limpeza dos bueiros retangulares. Também

precisamos que ocorra uma campanha educativa para que a população não jogue mais lixo ou entulho nas ruas

O Maré de Notícias entrevistou Felipe Brasileiro sobre estas e outras demandas da região e os planos para a sua gestão.

**Maré de Notícias: Como a transição de RA para GEL afetou a Maré?**

**Felipe Brasileiro:** A principal mudança é que agora a área de abrangência do nosso trabalho é do Conjunto Esperança até o Parque União. As favelas de Roquete Pinto, Praia de Ramos e Marcílio Dias são geridas pela GEL Penha.

**MN: Quais seriam as principais demandas da Maré?**

**FB:** Percebemos que a Maré necessita de reformas das praças e um cuidado maior com as áreas de lazer. Outro ponto importante é trazer a Fundação Rio Águas para cá, para um trabalho que aumente o escoamento das águas da chuva. A parte de saneamento pode melhorar e isso vai ser minha prioridade. Estamos também pedindo à Secretaria



Gerência Executiva Local Maré abrange favelas do Conjunto Esperança até o Parque União



MATHEUS AFFONSO

**Felipe Brasileiro fala sobre as demandas da região e os planos para a sua gestão da Juventude que traga o projeto Casa da Juventude para a Maré e disponibilize cursos profissionalizantes.**

**MN: O projeto Bairro Maravilha vai chegar ao território?**

**FB:** No momento não posso responder; o que eu sei é que a Maré vai ser beneficiada com o projeto *Asfalto Liso*, para resolver o problema das ruas esburacadas.

**MN: Os moradores reclamam que recentemente as ruas receberam asfalto sem recapeamento e alagaram por falta de escoamento da água da chuva.**

**FB:** Vamos acompanhar as etapas para que seja realizado o trabalho com orientação, da melhor forma possível. Não será uma obra feita de forma rápida, em véspera de eleição.

**MN: Como terceiro gerente deste mandato, haverá continuidade de projetos anteriores?**

**FB:** O que posso garantir é que vou cumprir os dois anos de atuação. Hoje estou acordando cedo e dormindo tarde para correr atrás das secretarias. Quero brigar pela Maré. Sem desmerecer as administrações anteriores, quero fazer a diferença.

**MN: Em janeiro, falamos sobre a questão da acessibilidade na Clínica da Família Diniz Batista dos Santos, no Parque União. Quando isso será resolvido?**

**FB:** Ainda não tenho a resposta da secretaria responsável, mas vou reforçar o pedido do cuidado com o entorno da clínica.

**MN: Como melhorar a execução dos serviços e o diálogo com a população?**

**FB:** Vamos fazer a nossa parte, mas o morador também precisa fazer a dele, preservando e cuidando dos espaços públicos. Aqui tem um gestor que ama a Maré, mas ele só vai dar certo se todos trabalharmos juntos.

# Quem tem medo da presença do Estado nas favelas?

## Visita do Ministro da Justiça e Segurança Pública à Maré gera onda de desinformação e criminalização da pobreza

JÉSSICA PIRES

O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, esteve na Maré no dia 13 de março para uma reunião com coletivos e organizações sociais de diversas favelas diversas favelas do Rio de Janeiro.

Integrantes do Coletivo Papo Reto, LabJaca, Instituto de Defesa da Pessoa Negra (IDPN), Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR), Movimentos, Mulheres do Salgueiro e do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI/UFF), além da Redes da Maré, apresentaram ao ministro questões e desafios no campo da segurança pública.

Flávio Dino recebeu ainda a 7ª edição do *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré*, documento do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré que reúne os dados sobre violência levantados nos territórios em 2022.

O evento foi uma articulação da Open Society Foundations, rede internacional que apoia grupos e organizações

da sociedade civil em todo o mundo, com o objetivo de promover justiça, educação, saúde pública e mídia independente,

### Combate ao racismo

Durante a visita, Flávio Dino anunciou o relançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e seus eixos de atuação: o combate à violência contra a mulher e ao feminicídio, com a reabertura dos trabalhos nas sete unidades da Casa da Mulher e o lançamento de mais 40 equipamentos semelhantes por todo o país; a justiça antirracista; o trabalho em territórios que são fortemente atingidos pela violência; e uma política específica para presos e egressos.

Como explicou Tamires Sampaio, a assessora especial do ministério que vai coordenar o programa, o PRONASCI tem como foco combater o racismo que, segundo a advogada, é fator diretamente relacionado às operações policiais em territórios populares e ao alto número de mortalidade de jovens negros.



O ministro Flávio Dino recebeu a 7ª edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré

A convite de Flávio Dino, a coordenadora do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, Liliane Santos, entregou como representante da Redes da Maré uma cópia do *Boletim Direito à Segurança Pública na Maré* ao presidente Lula, durante a cerimônia de restituição do PRONASCI, em Brasília, no último dia 15 de março. Na mesma ocasião, Janete Nazareth, integrante do coletivo de mulheres Mulheres do Salgueiro, encaminhou ao presidente uma carta de intenções elaborada pelos coletivos.

### Diálogo social

Integravam também a comitiva do ministro o secretário Nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, e o secretário de Acesso à Justiça, Marivaldo Pereira. Eles e mais Tamires Sampaio dialogaram com os representantes dos coletivos e das organizações presentes. Foram discutidas pautas importantes no âmbito das políticas públicas de segurança pública, tais como políticas de drogas, sistema

prisonal, controle das forças policiais e acesso à justiça.

Na ocasião, também foi entregue ao ministro e demais integrantes da comitiva uma carta com intenções com seis grandes pautas de acompanhamento. Segundo Tadeu Alencar, o documento servirá como um roteiro de trabalho do ministério em parceria com organizações e entidades de todo o país.

### Pobreza criminalizada

A visita do ministro da Justiça desencadeou uma onda de *fake news* que se propagou rapidamente nas redes sociais, questionando como Flávio Dino havia entrado "tranquilamente no território dominado pelo tráfico".

Em sua conta do Twitter, Dino se posicionou: "Soube que representantes da extrema-direita reiteraram seu ódio aos lugares onde moram os mais pobres. Essa gente sem decoro não vai me impedir de ouvir a voz de quem mais precisa do Estado. Não tenho medo de gritos de milicianos nem de milicianinhos."



Durante a visita, o ministro anunciou o relançamento do PRONASCI e seus eixos de atuação



PATRICK MARINHO

Coletivos e organizações sociais que atuam em diversas favelas estiveram no encontro

A Redes da Maré, que disponibilizou um dos seus espaços de trabalho para recepção do ministro e sua comitiva, publicou uma nota de repúdio à onda de desinformação e preconceito que invadiu as redes sociais “O distanciamento do poder público e a segregação territorial não interessam, portanto, a quem luta contra a discriminação e o racismo e almeja transformações sociais nas favelas e periferias urbanas.”

No dia 28 de março, o ministro compareceu a uma audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da

Câmara dos Deputados para debater com os parlamentares os principais acontecimentos relacionados à pasta; entre eles, foram discutidos a visita à Maré e a onda de desinformação que a ela se seguiu.

Neste mesmo dia, mais de 300 professores, estudantes e pesquisadores que atuam na Maré divulgaram uma nota de apoio a Flávio Dino e contra a criminalização da pobreza (o texto completo você pode conferir na versão online do Maré de Notícias).

“Nós, professores/as, técnicos/as, estudantes e pesquisadores/as de universidades e centros de pesquisas do Rio de

GABILINO



Documento reúne os dados sobre violência levantados nos territórios em 2022

Janeiro, que desenvolvemos atividades acadêmicas junto ao Conjunto de Favelas da Maré, repudiamos veementemente as manifestações de preconceito que se seguiram à visita do ministro da Justiça Flávio Dino à organização não-governamental Redes da Maré, sugerindo que a mera presença no território implicaria ligações com o crime e, desse modo, insinuando que cidadãos que atuam naquele espaço, moradores ou não, seriam cúmplices da crimina-

lidade”.

O Maré de Notícias apoia a luta feita por organizações como a Redes da Maré, por melhores condições de vida e acesso pleno à direitos aos moradores da Maré e outras favelas. O diálogo com o Estado, assim como sua presença nessas regiões, é fundamental para a elaboração de políticas e ações que levem ao atendimento dessas demandas, assim como acontece em qualquer outro espaço da cidade.

# Perda da liberdade, não da saúde

Egressos não têm garantido seu direito a atendimento médico dentro do sistema prisional

SAMARA OLIVEIRA E TERESA SANTOS

“N não tratam a gente como ser humano, e sim como objeto que pode ser descartado”. Esta fala é de **Marco Antônio**, 56 anos, morador da Pavuna, na Zona Norte. Marco Antônio é artista plástico e colaborador do Instituto Social Encontro Das Artes. O grupo tem sede na Nova Holanda e foi fundado por Odir dos Santos.

Marco esteve privado de liberdade por 26 anos e conta que foi dentro do sistema pri-

sional que perdeu a visão do olho esquerdo. Até ter a vista totalmente comprometida, ele sofreu por anos com fortes dores na cabeça, ardência nos olhos, alta sensibilidade à luz do sol e chegou a perder as forças para se alimentar. Segundo ele, a situação poderia não ter chegado ao extremo, se tivesse acesso a um atendimento digno de saúde.

“Os companheiros de cela é que colocavam a comida na minha boca porque eu não conseguia. Eu sentia dor 24h por dia”, relembra.

GABILINO



O artista plástico Marco Antônio conta que perdeu a visão dentro do sistema prisional

Durante esse tempo, a situação ficou ainda mais grave quando a ferida no olho esquerdo se tornou exposta e ainda assim, o máximo que Marco conseguiu como atendimento foi tomar quatro injeções em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). O paliativo servia apenas para a dor, mas neste tempo não houve nenhum diagnóstico ou acompanhamento.

Marco narra que o problema no olho começou ainda em 2008; apesar de nunca ter recebido um diagnóstico, acredita que foi uma infecção contraída dentro dos presídios por onde passou. “Eles jogavam os doentes todos em uma cela que mais parecia uma catacumba. Uns gemiam de dor, outros vomitavam, ficávamos todos juntos e espremidos.”

### Cenário alarmante

A pneumologista **Alexandra Sánchez** é pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e coordenadora de estudos sobre saúde nas prisões — lugar onde as doenças infecciosas são um grave problema. “Sabemos que a chance de uma pessoa presa morrer por uma doença infecciosa é cerca de três vezes maior do que a de uma pessoa em liberdade, da mesma faixa etária”, diz ela.

Em se tratando de tuberculose, as chances de se morrer dentro de um presídio sobem 11 vezes, em comparação com quem está fora dele. A doença é a principal causa de morte no sistema penitenciário, segundo dados de 2021 do Grupo de Pesquisa em Saúde Prisional (GPESP), da ENSP/Fiocruz/CNPq, coordenado por Alexandra. De acordo com a especialista, análises de 2022 do GPESP mostraram que 20% dos casos de tuberculose registrados no município do Rio de Janeiro são oriundos das prisões.

“A tuberculose é 65 vezes mais frequente dentro do sistema penitenciário do Rio de Janeiro do que em todo o estado, e dez vezes mais frequente nas prisões do que nos territórios com maiores taxas de contami-

nação, como a favela da Rocinha e o Complexo do Alemão”, ressalta a pesquisadora.

### Cocceira que mata

Cabe lembrar que a tuberculose também é um problema na Maré. Dos 9.476 casos registrados em 2022 no município, 214 ocorreram nos territórios, segundo o Observatório Epidemiológico da Cidade do Rio de Janeiro (EpiRio).

Sendo do tipo respiratória (como a tuberculose) ou de pele (como a sarna e o impetigo, consideradas comuns), qualquer infecção não tratada adequadamente pode evoluir para a septicemia, a forma grave da doença que se espalha por todo o corpo e que pode causar queda drástica da pressão arterial e falência dos órgãos.

Na lista de doenças com maior letalidade no sistema prisional estão ainda a diabetes, a aids e, nos últimos dois anos, a covid-19 — esta última foi responsável por 20% das mortes nos presídios em 2020 e 2021.

O ambiente superlotado, confinado, sem ventilação e iluminação adequadas, o convívio forçado com pessoas doentes, o pouco acesso à água, a falta de produtos de higiene e de locais apropriados para lavagem e secagem de roupas são partes de um cenário alarmante. Ainda segundo a pesquisadora da Fiocruz, outro ponto é a falta de ações de prevenção e informação em saúde para os presos.

### Problemas que permanecem

Se dentro do sistema prisional lhes é negado o acesso à saúde, a situação não muda para aqueles que são libertados. Segundo o Grupo de Pesquisa em Saúde Prisional, eles se tornam vulneráveis socialmente, convivendo com o preconceito inclusive por parte de alguns profissionais de saúde.

O grupo da Fiocruz relata que há também alguns egressos que saem do sistema sem documentos como RG e CPF, e muitos não conseguem endereço fixo — o que lhes daria o comprovante de residência. Tudo isso se torna uma barreira para conseguir atendimento médico



Lei de Execução Penal garante atendimento médico, farmacêutico e odontológico ao preso

nas unidades públicas de atenção básica de saúde.

O medo do preconceito está sempre presente, o que faz com que o egresso demore a procurar ajuda médica. “Muitas vezes a pessoa não diz ou demonstra que está doente para a família ou a comunidade. Seria preferível que ela fosse atendida por um médico longe do lugar onde mora, o que frequentemente não é possível”, diz Alexandra.

A questão financeira também pode influenciar no atendimento. No caso de Marco Antônio, ele procurou a clínica da família do seu território e recebeu da médica um encaminhamento para um neurologista. Aguardou semanas na fila do Sistema de Regulação (SISREG) e, quando finalmente foi chamado para a consulta, não tinha o dinheiro para ir até o hospital.

### Direito, não privilégio

Uma pessoa privada de liberdade continua sendo um cidadão brasileiro. Segundo o artigo nº 196 da Constituição Federal, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Já a Lei de Execução Penal nº 7210/1984 diz, em seu artigo nº 14, que “a assistência à saúde do preso e do internado de caráter

preventivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico”.

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Brasil é o país da América Latina com maior população carcerária e o terceiro do mundo, atrás apenas dos EUA e da China. Em 2022, o número de presos chegou a 909.061, que ficam sob a tutela do Estado. É dele, portanto, a responsabilidade de garantir o acesso à saúde a todos os privados de liberdade (inclusive os menores de 18 anos).

Para Alexandra, é inaceitável que as pessoas continuem morrendo por doenças que são tratáveis. Segundo ela, alguns passos importantes estão sendo dados para melhorar o cenário no estado. Desde o segundo semestre de 2022, as equipes municipais de saúde já estão atuando dentro das prisões do Rio de Janeiro, embora ainda com restrições.

A medida já era prevista pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), publicada em 2014, porém só passou a ser posta em prática no estado do Rio no ano passado.

# O preço do saneamento básico

## Uma retrospectiva do fracasso dos projetos para a melhoria do saneamento

ANDREZZA PAULO, HÉLIO EUCLIDES E JÉSSICA PIRES

Nas últimas edições, o Maré de Notícias vem chamando atenção para um direito fundamental, mas negligenciado nas favelas: o saneamento básico. Na Maré não é diferente, e as consequências do descaso são sentida no cotidiano dos moradores. Nesta edição, resgatamos alguns projetos que, pagos com dinheiro público, não cumpriram sua finalidade: garantir um direito previsto na Constituição Federal.

A Lei 11.445/2007 (ou Lei do Saneamento Básico), estabelece que os serviços públicos de saneamento básico são o abastecimento de água potável; o esgotamento sanitário; a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos; e a drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas, com a limpeza e fiscalização preventiva das redes urbanas de coleta de água da chuva.

### Baía ainda poluída

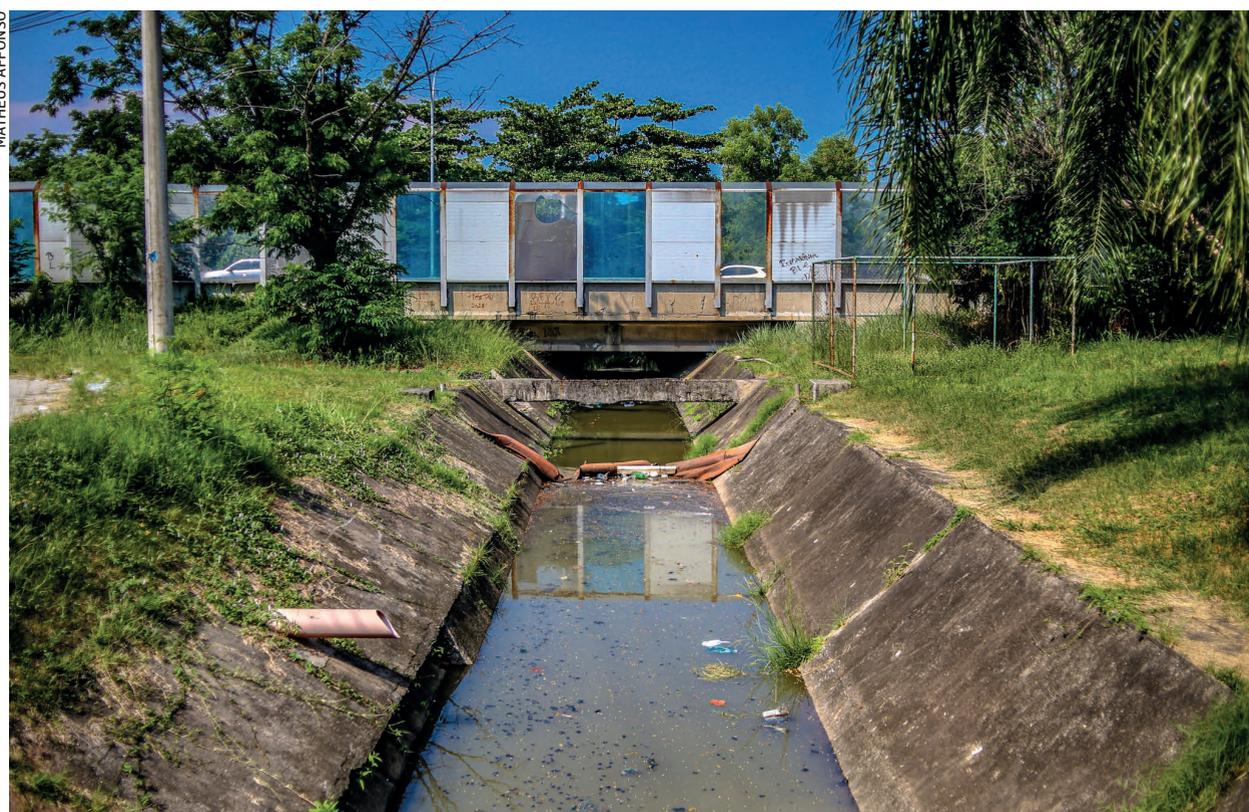
Em julho deste ano vamos apagar a velinha de 32 anos do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG). A primeira proposta, lançada em 1994, tinha como objetivos recuperar os ecossistemas do entorno da baía e resgatar a qualidade das suas águas e a dos rios que nela desagüam, por meio da implantação de um sistema de saneamento adequado.

Inspirado no feito na Baía de Tóquio, o projeto previa a cooperação técnica entre os governos brasileiro e japonês. Foram consumidos US\$ 800 milhões (R\$ 4,075 bilhões) do total de US\$ 1,169 bilhão (R\$ 5,95 bilhões) previstos, mas o programa avançou lentamente, com obras que duraram 15 anos.

Nesse período, foram construídas quatro grandes estações de tratamento de esgoto (ETEs), mas as redes coletoras que deveriam levar o esgoto das residências até lá foram “esquecidas”; sem elas, as ETEs perderam sua utilidade.

### Fundão raso

Em maio de 2009, iniciou-se a recuperação do Canal do Fundão. A obra durou dois anos e compreendia o desassoreamento de sete quilômetros de extensão do canal, facilitando a circulação de água com a dragagem de dois milhões de metros cúbicos de material.



Projeto para a readequação da rede de esgoto da Maré, anunciado há 12 anos, nunca saiu do papel

Foram gastos R\$ 270 milhões, que de investimento viraram desperdício: com o restante da baía assoreada, o canal voltou a ficar entulhado.

### Sem medalha olímpica

Não se pode esquecer o Programa de Saneamento Ambiental (PSAM) de 2011, em preparação às Olimpíadas Rio 2016. O PSAM nasceu da necessidade de estabelecer uma coordenação específica para a elaboração do saneamento dos municípios do entorno da Baía de Guanabara.

O objetivo principal era promover a melhoria ambiental e a qualidade de vida da população, por meio da garantia de acesso ao serviço de saneamento.

Os gastos previstos chegam a US\$ 639 milhões (R\$ 1,96 bilhão), sendo US\$ 451,9 milhões (R\$ 2,3 bilhões) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e US\$ 187,5 milhões (R\$ 955,1 milhões) dos governos estadual e federal. Depois de 12 anos, as construções dos troncos coletores ainda se arrastam.

### Maré sem esgoto

Por fim, a promessa que não saiu do papel: a realização das obras para melhoria da rede de esgoto da Maré e a criação do tronco para o tratamento dos resíduos na Estação de Alegria. A obra seria realizada pela Companhia Estadual de

Águas e Esgotos (Cedae), com objetivo de melhorar o saneamento.

Há 12 anos, o então diretor de Distribuição e Comercialização Metropolitana, Marcello Motta, assegurou que a estatal faria a obra. O presidente seguinte da Cedae, Wagner Victor, reafirmou que o projeto de esgotamento sanitário sairia do papel logo. O investimento seria, somente na Maré, de R\$ 35 milhões advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2.

A área abrangida incluiria da favelas do Parque União até o Conjunto Esperança, com prazo de 720 dias para a construção de seis elevatórias de pequeno porte. A obra seria de ligação domiciliar, com novas redes coletoras de esgoto de 150 a 1.200 milímetros.

Ainda haveria a readequação da rede e a criação de um cinturão nas galerias para o fim do esgoto que cai clandestinamente nos canais. Também ocorreria a ligação do esgoto de Marcílio Dias, Praia de Ramos e Roquete Pinto à Estação de Tratamento da Penha, que hoje se encontra necessitando de reforma.

Até hoje nada saiu do papel. Com a privatização da Cedae, permanecem os questionamentos: ainda vai haver obra prometida para a Maré? Para onde foi o dinheiro que seria investido no saneamento do território?

# Da ancestralidade ao futuro

A fotógrafa emanuely makaya se define como “uma mulher indígena do povo potyguara, em contexto urbano”. Ela é formada pela escola de fotografia popular - turma Bira Carvalho (2022, Imagens do Povo) e cientista social pela Universidade Federal do Janeiro (UFRJ). A seleção fotográfica da artista mostra um pouco do que procura registrar dos espaços da vida indígena em contexto urbano, suas belezas e resistências.

Seus grandes interesses são as mulheres, suas pluralidades e pertencimentos; e também a frágil mas imponente materialização da vida indígena em objetos, símbolos e gestos.



# Sem direito ao luto

A morte de alguém querido é sempre dolorosa, mas a forma como a processamos pode aumentar ainda mais este sofrimento

ANDREZZA PAULO E LUCAS FEITOZA

A morte chega para todos, mas a dor da perda é de quem fica e ainda precisa lidar não só com o luto, como também com os procedimentos práticos que o acompanha. Muita gente não sabe o que fazer — e para quem vive nas favelas e periferias, ter o conhecimento nem sempre basta: o esforço para sepultar dignamente um ente querido é dobrado.

Foi com esse objetivo que a Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ) lançou em novembro de 2022 a cartilha *Direito ao Luto: Guia do Sepultamento*. O documento traz orientações práticas de como proceder quando é preciso tomar à frente da burocracia do luto.

Segundo o órgão, a publicação “reúne endereços, telefones e horários de funcionamento de órgãos públicos, concessionárias e cartórios para solicitação de certidão de óbito, remoção de corpo e enterro/cremação em 27 dos municípios mais populosos do Estado, incluindo a ca-



Projeto Maré de Direitos orienta moradores sobre acesso a direitos e situações de violência

pital e a Região Metropolitana, além de outras regiões”.

De acordo com a cartilha, para obter uma certidão de óbito em caso de mortes naturais em casa, em via pública ou em hospitais é preciso que elas sejam atestadas pelo médico responsável pela vítima — geralmente, um profissional de uma unidade de atenção básica ou do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

Somente depois de expedido o atestado de óbito é possível solicitar a remoção do corpo à Defesa Civil. Entretanto, na favela, muitas das orientações da cartilha não podem ser seguidas, o que causa ainda mais sofrimento à família.

**Tainá Alvarenga** é assistente social, coordenadora do projeto *Maré de Direitos da Redes da Maré* e presta assistência aos moradores dos territórios em situações de urgência. Ela conta que, em diversos casos, a equipe do SAMU não entra na Maré. Isso obriga as famílias a terem que carregar doentes, feridos e até mortos para hospitais e clínicas da família mais próximos.

”Lembro um caso ocorrido em se-

tembro de 2022, quando moradores da Nova Holanda entraram em contato com o *Maré de Direitos* pedindo orientação. Uma jovem de 20 anos havia morrido de causas naturais, em casa. A família ligou para o SAMU, mas a equipe se recusou a entrar no território sem o apoio da Polícia Militar”, conta.

Diante do impasse, a própria equipe do SAMU orientou que a família aguardasse até a manhã seguinte para recorrer ao médico da clínica da família. Vizinhos, amigos e familiares se mobilizaram e conseguiram contratar uma assistência funerária, que retirou o corpo da jovem e o encaminhou para sepultamento.

## Sem perícia

A cartilha da DPRJ ainda orienta que “se a morte for por causa não natural, chama-se a Polícia Civil, que abrirá um registro para remover o corpo até o Instituto Médico-Legal (IML), onde será preenchida a Declaração de Óbito”.

Segundo Tainá Alvarenga, “quando há vítimas fatais em operações policiais, a equipe do Maré de Direitos orienta os familiares para que façam o Registro de



Cartilha orienta sobre sepultamento em várias situações

Ocorrência (RO), procedimento também indicado pela cartilha, para que a perícia seja realizada”.

Quando a morte acontece em uma favela, raramente há perícia ou investigação. “A Polícia Civil se recusa a solicitar a perícia porque muitas vezes o corpo já foi retirado do local. Mas mesmo se a cena do crime tiver sido preservada, geralmente o que acontece é o contrário: as famílias acabam aguardando um tempo muito grande até o perito aparecer”, diz a assistente social.

### Mortes não naturais

De acordo com o levantamento do 7º Boletim de Segurança Pública na Maré, das 27 mortes em operações policiais ocorridas em 2022, 24 tinham indícios de execução e em nenhuma delas foi feita a perícia dentro dos parâmetros exigidos.

“Tudo começa com a negação do direito à vida dos moradores. Junto com isso, tem as normativas jurídicas que, por ser território de favela, não são cumpridas”, analisa Tainá.

O boletim, desenvolvido pelo Eixo de Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, também traz um relato de desaparecimento temporário, que ocorre quando os feridos em ações policiais são removidos do local pela polícia, com o pretexto de prestar socorro.

Contudo, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (a ADPF das Favelas) exige que as operações policiais disponibilizem unidades de saúde para socorro das vítimas, além de proibir que as forças de segurança removam os feridos do local.

### Direito à sepultura

Outro ponto abordado pela cartilha é o serviço de sepultamento gratuito. Segundo o documento, o direito é concedido a pessoas de baixa renda. Para ser considerado hipossuficiente, quem solicita precisa se enquadrar nos critérios: ter renda mensal média de meio salário mínimo; renda total familiar de até três salários mínimos; ou estar situação de rua.

É preciso apresentar um comprovante de rendimento (contracheque, carteira de Trabalho e Previdência Social/CTPS



Das 27 mortes em operações policiais na Maré em 2022, 24 tiveram indícios de execução e em nenhuma foi feita perícia dentro dos parâmetros exigidos

ou declaração de próprio punho do empregador ou do sindicato profissional, devidamente subscrita), extrato previdenciário (CNIS) ou certidão de isenção para apresentar declaração de imposto de renda.

Tainá também lamenta que o sepultamento gratuito não seja informado nos hospitais: “Às vezes esta informação não é passada pelos profissionais, e ela deveria estar no primeiro contato que a família tem com o processo gerado pela morte.”

### Direitos do luto

O pesquisador e mobilizador da Redes da Maré **Maurício Dutra** destaca a importância da cartilha quando é preciso lidar com a dor: “O luto é um sentimento de perda gerado pela morte. Neste momento, há uma série de sentimentos provocados pela ausência. Logo, uma cartilha de luto ajuda na orientação de quem perdeu um ente de alguma forma e, sobretudo, não tem condições de arcar com os custos do funeral.”

No entanto, ele explica que o processo deve estar de acordo com a realidade dos territórios de favela; segundo ele, os órgãos públicos precisam estar atentos às necessidades dos moradores.

O Maré de Notícias tentou contato com a Polícia Civil questionando como é realizado o procedimento de remoção de corpos nas favelas, principalmente

em dias de operações policiais, mas não obteve resposta até o fechamento desta matéria.

A Secretaria Estadual de Saúde (SES), órgão responsável pelo SAMU, informou em nota que “o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) é responsável pelo atendimento emergencial para salvamento de vidas e não realiza remoção de corpos. Apesar disso, o SAMU também pode ser acionado para atestar óbito por causa natural, mas não realiza a remoção do corpo”.

A secretaria não explicou o motivo da demora do serviço em atender os pacientes da Maré e a orientação dada à família para aguardar pelo médico da clínica da família na manhã seguinte.

### O que fazer?

Em casos de não cumprimento das medidas indicadas na cartilha, a recomendação da própria DPRF é abrir uma ocorrência por meio da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro através do telefone 0800 282 2279 (de segunda a sexta, das 8h às 18h) ou presencialmente, à Avenida Marechal Câmara, 314 – Centro (de segunda a sexta, das 10h às 17h).

A cartilha *Direito ao Luto: Guia do Sepultamento* está disponível online e pode ser lida e baixada no site da Defensoria Pública RJ: <https://defensoria.rj.def.br/>

# Quem é o Moleque Piranha da Maré?

Autor de livro infantojuvenil valoriza arte urbana, infância negra feliz na favela e quebra tabu com espécie de peixe

SAMARA OLIVEIRA

Renato Cafuzo inspirou-se em sua vivência na favela para escrever seu primeiro livro, *Moleque Piranha*. Aos 34 anos, o cria da Maré explica que esta é “uma expressão da rua para a própria rua”.

Desenhista desde criança, designer e ilustrador quando adulto, Renato agora se consagra como autor. Consciente ou inconscientemente, ele conta que a figura do Moleque Piranha dá forma a uma lembrança da infância. O pai do autor trabalhava em uma gráfica e sempre trazia para casa blocos de papel, que viravam seus brinquedos favoritos.

“Lembro meu pai com um bloco desenhando um toco de árvore e no toco, ele dava a forma de um rosto. Ele esperou até ver minha cara confusa com o desenho e depois soltou: ‘Esse é o cara-de-pau’. Pra mim é impressionante notar a similaridade da construção dessa piada com a do personagem que eu colo por aí hoje em dia”, conta Renato.

## Orgulho de pai

Elias da Silva, pai do autor, fala do sentimento pelo filho e também lembra como o influenciou. “Pra gente ele é motivo de orgulho. Quan-

do eu era novo, desenhava um pouco. Cresci e deixei de lado, mas ele herdou de mim o talento e se aprimorou”, orgulha-se. O aposentado recorda-se ainda de um ditado e brinca: “Agora pra ele só falta plantar uma árvore” (Renato é pai de Sophia, de 9 anos).

Ilustrador de outros cinco livros infanto-juvenis, Renato traz em sua primeira publicação uma homenagem a dois outros mareenses, já falecidos. A primeira, ao amigo de adolescência, o cineasta Cadu Barcellos. A segunda, a vereadora Marielle Franco.

Renato conta que as homenagens são frutos da trajetória dos dois no território da Maré, ao trabalho de enfrentamento ao racismo e por ambos terem dado voz às narrativas que definem as periferias como um lugar onde os sonhos são possíveis. Em *Moleque Piranha*, ele lembra na dedicatória da obra a importância da coletividade: é ela que, na forma de um cardume, faz da piranha uma das mais temidas espécies de peixe.

## Onde encontrar

O livro teve três dias de lançamento no mês de março e vai ser incluído no acervo não só de 20 bibliotecas comunitárias da Baixada



Renato Cafuzo lança seu primeiro livro como autor Fluminense, como também das mais de 50 bibliotecas das escolas da Maré.

Para ampliar a acessibilidade e a experiência do público com a obra, uma versão gratuita em audiolivro já está disponível no canal do YouTube do autor, o Renato Cafuzo - NIGEEK. A narração é do artista circense Vicente Barbosa, de 6 anos. Ele faz parte da terceira geração de palhaços de sua família e integra a Cia Chirulico, grupo circense criado por seus pais, Anthony Brito e Aline Barbosa.

O livro também pode ser adquirido no site da editora Oriki: [www.oriki.com.br](http://www.oriki.com.br).

# Programação Cultural de abril

LUCAS FEITOZA

## Museu da República (Palácio do Catete) - Rua do Catete, 153

Exposição Marielle Marés  
De 20 de março até 21 de maio  
Visitação: Terça à sexta, das 10h às 17h; sábado e domingo, das 11h às 17h.

## Museu da Maré - Av. Guilherme Maxwell, 26

Exposição fixa “Os tempos da Maré”  
Visitação: Terça à sexta, de 10h às 13h e de 14h às 17h.

## Lona Cultural Herbert Vianna

A Lona recebe de modo itinerante o edital FOCA de fomento à cultura da prefeitura:

**18/04 às 14h:** Lançamento dos livros produzidos com as crianças da Biblioteca Lima Barreto e do Espaço de Leitura Jorge Amado.  
**Local:** Biblioteca Lima Barreto: Rua Sargento Silva Nunes, S/n, Nova Holanda

**28/04 às 15h:** Cortejo Circense partindo da Rua Teixeira Ribeiro em direção a Redes da Maré. No local será realizado um espetáculo e roda de conversa.  
**Local:** R. Srg. Silva Nunes, 1012 - Nova Holanda

**29/04 - 10h às 12h:** Oficina de palhaçaria  
**Local:** Praça da Paz - R. Evanildo Alves - Maré

## Centro de Artes da Maré (CAM) - Rua Bittencourt Sampaio, 181

**10/04 a 21/04** - Residência coreográfica com Thierry Thieû Niang

Serão abertas 12 vagas para interessados em dança e teatro. Não é necessário ter experiência profissional. As aulas podem ser feitas por pessoas de todas as idades.

**29/04** - Cam Convida - Associação Cultural de Capoeira Raiz do Tempo

A Associação Cultural de Capoeira Raízes do Tempo, desenvolveu um projeto que incentiva crianças e adolescentes a participarem das rodas de capoeiras e propaga a importância da cultura.

## Galpão Bela Maré - Rua Bittencourt Sampaio, 169. Maré

**19/04 - 15h** - Bela em Movimento no Capsi li Visconde de Sabugosa  
**Local:** Av. Guanabara, Praia de Ramos, s/n  
**Classificação:** Livre

**18 e 20/04 - 10h às 17h** - Oficina “A mudança de cada paisagem” com Roberta Lima - Classificação: 18 anos

Necessário inscrições prévias presenciais diretamente no Galpão Bela Maré.

**21/04 - 15h** - Contação de história: “Uma história de Páscoa”  
**Classificação:** Livre

**27/04 - 16h** - Formação para educadores - Afetos sonoros: Musicalidade e construção da memória ancestral  
**Classificação:** 18 anos

## Pontilhão Skatepark Maré em parceria com a Tabacaria Dreadlocks: - R. Praia de Inhaúma, 39

**07/04 - 20h** - Batalha de Rap do Pontilhão

**14/04 - 20h** - Pontilhão Raggae Dub

**21/04 - 20h** - Rock de Favela

Mais informações: @tabacariadreadlocks

# Um parque chamado Maré

## Das palafitas e do aterramento nasceu a favela à beira da Avenida Brasil

HÉLIO EUCLIDES

O Parque Maré causa alguma confusão entre os moradores sobre onde exatamente começa e termina. A favela fica entre a Baixa do Sapateiro e a Nova Holanda, às margens da Avenida Brasil; os primeiros barracos e palafitas construídos datam de 1953. O aterramento foi feito pelos próprios moradores e a proximidade com a via expressa ajudou na rapidez da ocupação e na densidade populacional do território.

No dia 26 de julho de 1960, foi criada a associação de moradores que, dentre outros objetivos, tinha como missão principal lutar pela permanência dos moradores no local. Na época, o Rio de Janeiro era a capital do Brasil e a política, para as favelas, a remoção e erradicação das construções. Com a Maré não seria diferente. Em 1979, foi criado pelo governo o *Projeto Rio*, que visava melhorar a infraestrutura do território.

Em 2017, a jornalista Claire Jones escreveu para o site *RioOnWatch* que, “embora não fosse uma remoção em grande escala que levaria os moradores da Maré para projetos habitacionais na periferia do Rio, o objetivo do projeto era demolir as casas que os moradores haviam construído durante décadas, e construir conjuntos habitacionais no seu lugar. Na ausência de título de propriedade do terreno onde moravam, no entanto, as casas representavam toda uma vida de investimento e em nada se pareciam com os barracos esqualidos que os governos reportavam que fossem. Os conjuntos habitacionais do governo, mesmo no local, representavam um passo atrás para muitos moradores da Maré.”

Em 11 de junho de 1979, o então ministro do Interior em exercício, Mário Andreazza, assinou uma “Minuta Carta”, uma espécie de rascunho de um documento oficial, que reconhecia a Comissão de Defesa das Favelas da Área da Maré (Codefam) como representante dos moradores junto às autoridades que tratavam do *Projeto Rio*.

Na época, o presidente da Codefam era Manuelino Silva; ele também estava à frente da associação de moradores do



O Parque Maré está entre a Baixa do Sapateiro e a Nova Holanda e tem um dos maiores comércios do conjunto

Parque Maré. À sua luta veio se juntar a força de outras lideranças, como a de José Gomes Barbosa, o Zé Careca, que conseguiu trazer o governador, Carlos Lacerda, à favela.

Zé Careca contribuiu também para o aterramento do Parque Maré, convencendo os próprios amigos — caminhoneiros que transportavam a terra da derubada dos morros na cidade — a trazer a carga para a favela. Posteriormente, ele foi diretor e presidente da associação por 12 anos.

Hoje, a favela conta com um dos maiores comércios na Maré, em especial na Rua Teixeira Ribeiro, logradouro que é uma homenagem a João Teixeira Ribeiro Júnior, um dos primeiros a iniciar a urbanização e loteamento de Bonsucesso, em 1892.

### Memórias eternas

**Nivaldo Braga de Lima**, de 63 anos, conhecido como Zé Gordo, lembra com carinho do Parque Maré. “Os avanços vinham por meio de lideranças e pessoas marcantes como Ivan Neguinho, Ivanildo Alves (que tinha o apelido de Seu Baia), Dona Moura, Severino Gordo, Biu, dona Edite, seu Campista Barbeiro e Manoel Tampinha. O nosso ponto de ener-

gia elétrica era de responsabilidade do Zé Luiz. O morador da palafita tinha como sonho aterrar seu espaço, depois passar vermelhão no chão e encerar para brilhar”, conta ele, hoje morador da Vila dos Pinheiros.

**Ângela Viana**, de 58 anos, nasceu, cresceu e vive na mesma casa. Ela é a atual presidente da Associação de Moradores do Parque Maré e sente certa nostalgia ao falar da favela.

Ela conta que, “muitas vezes, fecho os olhos e vou ao passado, sinto aquele vento da tarde. Adorava aquele tempo do barraco, quando os vizinhos ajudavam uns aos outros. A mãe saía para trabalhar e os moradores olhavam a casa e os filhos dela. A favela foi uma construção coletiva, pois os moradores aterraram e criaram as ruas. Eles arregaçavam as mangas. Tenho orgulho e satisfação de morar e ser liderança comunitária”.

**Cada favela que forma esse bairro chamado Maré tem sua própria história e diversidade cultural. Em 2023, esta coluna pretende mostrar um pouco de cada uma delas. No nosso próximo encontro descobriremos como nasceu a favela Rubens Vaz. Até lá!**

# Criminaliza minha pobreza

Criminaliza minha pobreza, Alteza!  
 Diz que é por causa dela  
 que existe violência, indecência,  
 feiura e fedor.  
 Diz que sou causadora da dor,  
 Diz que causo dor à sociedade.  
 Escarra sua vaidade,  
 seu ego,  
 sua crueldade.  
 Fala, Alteza!  
 Vomita seu desejo de exterminar,  
 Tenha coragem de falar,  
 Não use seus artifícios, artimanhas,  
 barganhas e estratégias.  
 Você acha que só você presta?  
 Minha miséria é resultado do muito,  
 do muito-tudo que você afanou e roubou.  
 Alteza, você só quer pra si,  
 não quer aprender a dividir.  
 Eu aprendi.  
 A vida me ensinou e ensina  
 A tua, não ensina.  
 Não, miséria não é sina.  
 Alteza, com sua imposição de realeza,  
 escancarado desejo de perpetuar,  
 agora,  
 com os 'novos pobres'  
 seu sonho não vai rolar.

Sara Alves é moradora da Vila do João

**Confira os destaques no site do Maré de Notícias**  
 (<https://mareonline.com.br>)

**Casa Resistências da Maré completa 1 ano e recebe medalha Chico Mendes**

Aniversário do espaço contou com um dia de programação e homenagem a apoiadores.

Para ler acesse [bit.ly/3ZMriff](https://bit.ly/3ZMriff) ou escaneie o código QR ao lado.



PICOLÉ

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Figuras Diretas

Escreva o nome de cada figura na direção indicada pela seta. Um nome já está escrito como exemplo.

Desafio

Apenas um dos objetos numerados se relaciona com o desenho em destaque. Qual?

Solução

C

V	A	C	A	S
H	L	O	P	O
M	A	R	A	C
L	O	A	R	A
H	A	R	A	C
A	O	L	O	N
G	A	L	A	X
A	L	E	I	A
O	L	O	V	E
F	R	E	L	O

O MARÉ DE NOTÍCIAS  
TAMBÉM É SEU!

Fale com a gente!

(21) 97271-9410